

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

REQUERIMENTO Nº , DE 2019

(Do Sr. BOSCO COSTA)

Requer a realização de Audiência
Pública para debater o Projeto de Lei nº 784,
de 2019.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255, a realização de reunião de audiência pública para debater o PL 784, de 2019, de autoria do ilustre Deputado Rodrigo Agostinho, que dispõe sobre a criação, gestão e manejo de Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN.

Para tanto, solicito que, sem prejuízo de outros nomes, sejam convidados:

Lucio Flavo Marini Adorno – Presidente da Confederação Nacional das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (CNRPPN).

Homero de Giorge Cerqueira – Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

Muni Lourenço Silva Júnior – Presidente da Comissão Nacional de Meio Ambiente da Confederação Nacional da Agricultura.

Marcia Hirota – Diretora Executiva da SOS Mata Atlântica.

Mauricio Voivodic – Diretor Executivo do WWF Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

As Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN, são unidades de conservação criadas por iniciativa de proprietários rurais. As normas sobre criação e gestão dessas áreas foram estabelecidas pela Lei nº 9.985, de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Nos termos da Lei, a RPPN é “uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.”

No Brasil, de acordo com a Confederação Nacional de RPPNs, existem atualmente 1.400 reservas que juntas conservam 764.504,81 hectares de áreas naturais em todos os biomas brasileiros.

O Projeto de Lei 784, de 2019, pretende, de acordo com o seu autor, ampliar os benefícios concedidos aos proprietários que criam RPPN e reduzir os procedimentos burocráticos, para estimular a criação de novas reservas particulares.

Tendo em vista a importância das RPPNs para a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento de atividades econômicas com base no ecoturismo por seus proprietários, entendemos oportuno e necessário fomentar o debate sobre a matéria. Com esse propósito estamos propondo auscultar a opinião de especialistas do governo, da sociedade civil e representantes dos proprietários de RPPN.

Sala das Sessões, em de de 2019.

Deputado BOSCO COSTA